



## SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.021723/2024-71

**Assunto:** Nova Contratação. Pregão eletrônico para Registro de Preços. Fornecimento de produtos de saúde para o Senado Federal.  
**Valor máximo estimado: R\$ 69.935,45.**  
Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

**Senhora Diretora-Geral,**

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de produtos para a saúde para o Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 69.935,45** (sessenta e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.079614/2025-52).

O Serviço Médico de Emergência - SEMEDE, justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.047748/2025-12), conforme transcrição a seguir:

[...]

**1.2. Justificativa para a contratação****1.2.1. Descrição da situação atual**

1.2.1.1. De acordo com o Anexo VI do Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, o Plano do Sistema Integrado de Saúde (SIS) consiste de serviços próprios prestados pela área de atenção à saúde do servidor do Senado Federal, sem ônus para o servidor, nos termos do próprio Regulamento (art. 2º, I).

1.2.1.2. De acordo com o artigo 21 do Anexo do Regulamento Orgânico-Administrativo do Senado Federal, à Secretaria de Gestão de Pessoas compete prever, coordenar, controlar e dirigir os serviços relativos à prestação de assistência médica de urgência e emergência, nas dependências do Senado Federal; sendo o Serviço Médico de Emergência (SEMEDE) seu órgão subordinado responsável por tais atividades.

1.2.1.3. A aquisição do objeto justifica-se pela necessidade de suprir o SEMEDE de produtos para saúde, visto que esses constituem ferramentas básicas para a prestação de assistência médica de urgência e emergência a parlamentares, servidores, demais colaboradores e transeuntes nas





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

dependências do Senado Federal – Documento de Formalização de Demanda n.º 370/2024.

1.2.1.4. A aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) para a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC) se encontra justificada no Documento de Formalização de Demanda n.º 159/2024.

1.2.1.5. Destaca-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a presente contratação foi dispensado pelo Comitê de Contratações, conforme hipótese prevista no § 2º, art. 3º, Anexo II, do ADG n.º 14/2022, em razão de padronização de objeto, de acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2023, publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF) n.º 8726, Seção 1, de 16/03/2023 (NUP 00100.047422/2023-15). O Serviço Médico de Emergência (SEMEDE), realiza, regularmente, a aquisição de bens de consumo não-duráveis, com padronização e histórico de consumo consolidados no decorrer dos últimos anos, por meio da realização de pregões eletrônicos, cujo critério de adjudicação é o de menor preço. Até o presente momento, observa-se que essa foi a solução mais adequada para os processos de aquisição desse tipo de objeto. Além disso, a cada ciclo de contratação, os materiais de consumo, sejam medicamentos ou outros produtos para saúde, são avaliados pela equipe técnica do SEMEDE, sendo realizados apenas ajustes pontuais quanto à sua especificação, uma vez que se trata de itens comuns de mercado, não sofrendo variações significativas quanto às suas características.

Por meio do Ofício n.º 335/2025-COATC/SADCON (documento n.º 00100.079623/2025-43), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal elaborou o Termo de Referência de NUP 00100.047748/2025-12, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento n.º 00100.076801/2025-84, o qual, se entendido viável, deverá ser aprovado pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

O Estudo Técnico Preliminar foi dispensado para esse objeto pelo Comitê de Contratações do Senado Federal, conforme disposto sob o NUP 00100.047422/2023-15 (VIA 002).

Conforme se verifica no item 1.2.2.1 do Termo de Referência, o órgão técnico demonstrou que os quantitativos a serem contratados foram baseados na análise empreendida pelo órgão técnico considerando os dados históricos de consumo obtidos por meio de planilhas da Farmácia do SEMEDE e o Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado (SPALM) do Almoxarifado Médico Hospitalar, além do DFD elaborado pela outra unidade demandante.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento n.º 00100.047703/2025-30, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 69.935,45**.





## SENADO FEDERAL

### Diretoria-Geral

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.050083/2025-16, cuja validade é até 17/09/2025.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.056089/2025-05.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.060921/2025-60, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.061782/2025-91, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.061769/2025-32.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.065009/2025-02, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 269/2025 (NUP 00100.069435/2025-15) analisou os autos e concluiu que:

*[...] atendidas as recomendações e alcançadas as aprovações superiores, a minuta de edital estará apta a regular o procedimento licitatório pretendido, sem a necessidade de retorno a esta advocacia.*

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.076805/2025-62.

As recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023 será necessário a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º1 do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.079614/2025-52 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, o Senhor Diretor da SADCON opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame; o termo de referência e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022<sup>1</sup>, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo, portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

Ante o exposto, esta Assessoria Técnica esposava a recomendação da SADCON, de modo que se opina favoravelmente ao seguimento do processo nos termos propostos na presente instrução.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

*(assinado eletronicamente)*

**Guilherme Ferreira da Costa**  
Assessor Técnico

*(assinado eletronicamente)*

**Tahmineh Maria Shokranian de Mello**  
Gestora do NASC/ATDGER

<sup>1</sup> Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal.

Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

**De acordo.** Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**;
2. **APROVO** o Termo de Referência (documento nº 00100.047748/2025-12); e a minuta de edital (documento nº 00100.079614/2025-52), nos termos propostos;
3. **DISPENSO** o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que o Senado Federal será o único contratante; e
4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 9 de maio de 2025.

*(assinado eletronicamente)*

**ILANA TROMBKA**

Diretora-Geral





SENADO FEDERAL  
Diretoria-Geral

**PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL**

**Nº 2445 de 2025**

**A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.021723/2024-71**,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores **Leandro Ribeiro Simões**, matrícula nº 257038 e **Clarice Maciel Lucio**, matrícula 414831, respectivamente, como gestor titular e gestora substituta do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de maio de 2025.

*(assinado eletronicamente)*  
**ILANA TROMBKA**  
Diretora-Geral

